

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 26.03.2025

ATOS OFICIAIS DO PJERJ	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Resolução nº 569, de 13 de agosto de 2024</u>	Altera a Resolução CNJ nº 455/2022 para disciplinar a utilização do Domicílio Judicial Eletrônico e do Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN).
<u>Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 11/ 2022</u>	Disciplina a expansão da Implantação, na competência criminal, do sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, nas unidades judiciais elencadas no presente ato e dá outras providências.
<u>Ato Normativo TJ nº 28/2020</u>	Dispõe sobre a adesão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao Juízo 100% Digital, conforme Resolução nº 345, de 9 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, e dá outras providências.
<u>Ato Normativo Conjunto TJ/1ªVP/2ªVP/3ªVP/CGJ nº 37/2020</u>	Altera os parágrafos 5º e 6º do art. 2º do Ato Normativo Conjunto nº 12/2013 e dá outras providências.
<u>Ato Normativo Conjunto nº 12, de maio de 2013</u>	Estabelece normas, orientações e procedimentos para o peticionamento eletrônico inicial e intercorrente no 2ª grau de Jurisdição e dá outras providências.
<u>Resolução OE nº 35/2012</u>	Altera a redação do artigo 18 e parágrafo único e do artigo 19 e seus parágrafos da Resolução TJ/OE nº 16, de 30 de novembro de 2009.
<u>Resolução OE nº 16/2009</u>	Autoriza a implantação do processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

<u>Ato Normativo TJ n.º 30/2009</u>	Estabelece normas e orientações para o cadastramento de usuários na forma presencial com vistas ao acesso aos autos e prática de atos em processo eletrônico, conforme disposto no art. 1º, parágrafo 2º, inciso III, alínea 'a' da Lei n. 11.419 de 19 de dezembro de 2006, e da outras providências.
--	--

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Resolução CNJ n.º 345 de 09 de outubro de 2020</u>	Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências.
<u>Resolução CNJ n.º 185, de 18 de dezembro de 2013</u>	instituiu o Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento
<u>Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006</u>	Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br